



**GT – “08”: “Geografia e apropriação urbana: ensino de cidade e das comunidades tradicionais”**

## **METAMORFOSES DOS SABERES TRADICIONAIS**

### **Inovações e Inventividades na Pesca Artesanal na MetrÓpole Fluminense<sup>1</sup>**

Rodrigo Corrêa Euzebio  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
E-mail: euzebiogeo@gmail.com

Luís de Souza Junior  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
E-mail: ljunior.geo@gmail.com

#### **RESUMO:**

As metrÓpoles litorÂneas evidenciam as marcas de diferentes perÍodos histÓricos notabilizadas pelas formas geogrÁficas pretÓritas. Neste sentido, a metrÓpole fluminense é palco de inúmeras transformações em curso. A pesca artesanal é uma importante atividade econômica que avoluma a sociodiversidade metropolitana, mas que apesar disso, é impactada pelas restrições que ameaçam o seu modo de vida. Não obstante, as inovações geradas pela lógica capitalista fazem com que os pescadores se tornem dependentes do consumo de novos objetos, *pari passu* a incorporação de novas táticas de produção e comercialização para continuar exercendo sua atividade em um contexto cada vez mais hostil. O presente trabalho tem o duplo objetivo: de compreender como as inovações impactam na atividade pesqueira na metrÓpole e quais táticas são elaboradas para manutenção do seu quadro de vida.

**Palavras-chave:** pesca artesanal, saberes tradicionais e inventividades

---

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catia Antônia da Silva.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Este trabalho resulta da pesquisa em curso sobre as territorialidades dos pescadores artesanais no litoral fluminense. Para a elaboração desse artigo, foi realizado um recorte analítico considerando a escala da região metropolitana, com o objetivo de discutir a relação entre as metamorfoses dos saberes tradicionais e o processo de expansão da metrópole do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Verifica-se que dessa relação resulta uma “invasão” de técnicas globais nos lugares, para as quais os pescadores artesanais desenvolvem táticas de apropriação, como a solidariedade comunitária e as inventividades.

No primeiro capítulo, será abordado o processo de expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro e a vida de relações que passam a se estabelecer nas comunidades pesqueiras do litoral à ela circunscrito. Serão apresentadas onze comunidades pesqueiras visitadas durante a pesquisa, cuja relação com os processos modernizantes provocaram as reflexões desse artigo.

No segundo capítulo, será discutida a inventividade dos pescadores artesanais como tática para lidar com a dinâmica da comercialização do pescado na metrópole. Neste sentido, verificou-se uma rede complexa de agentes e de formas de comercialização do pescado, que acirram as desigualdades sociais no circuito produtivo da pesca. Os atravessadores, agentes intermediários entre os pescadores artesanais (produção) e as peixarias, restaurantes e supermercados (comercialização), configuram grupo hegemônico da produção do pescado na região metropolitana.

No terceiro capítulo, será abordada a invasão do sistema técnico global nas comunidades pesqueiras da região metropolitana do Rio de Janeiro. Verifica-se um conjunto de mudanças técnicas na produção (propriamente dita) do pescado, especialmente com alterações significativas nas embarcações que os pescadores utilizam para a realização do trabalho e nas

redes de pesca. Para o objetivo deste artigo, interessa compreender as táticas dos pescadores artesanais para lidarem com essas mudanças e como essas inovações são apropriadas pelos saberes tradicionais.

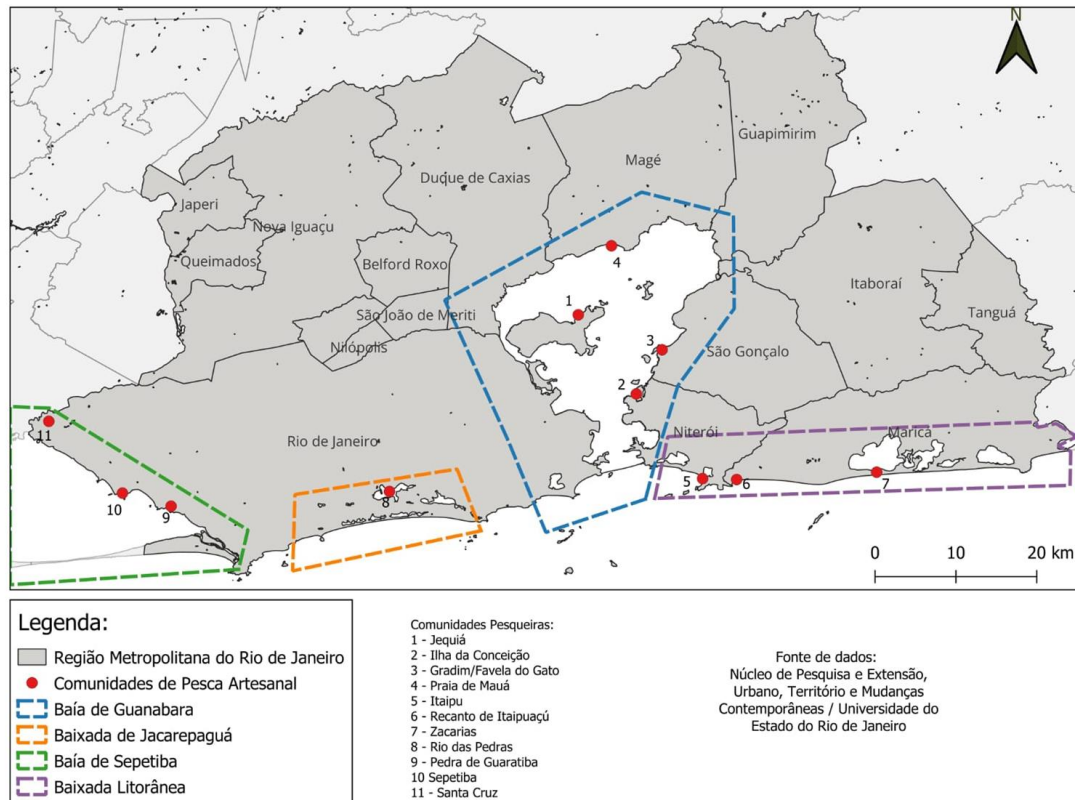
## **2. METROPOLIZAÇÃO E OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS NO RIO DE JANEIRO**

---

O espaço metropolitano fluminense se expandiu de forma linear, a partir do núcleo metropolitano na cidade do Rio de Janeiro em direção aos municípios situados à leste da Baía de Guanabara e à oeste, alcançando a Baía de Sepetiba. A expansão metropolitana pela linha de costa tem relação com o papel que os espaços costeiros têm para o desenvolvimento do capitalismo na metrópole fluminense, principalmente com as atividades dos setores naval, petroquímico, imobiliário e turístico. Os espaços costeiros desse litoral metropolitano – baías, rios, canais e lagunas –, dominados por diferentes circuitos produtivos, são também os abrigos dos pescadores artesanais, que se apropriam deles a partir dos seus saberes tradicionais e convivendo com as necessidades que a modernização produz.

O mapa 1 contém algumas comunidades pesqueiras que conhecemos durante a pesquisa sobre a territorialização da pesca artesanal no litoral do estado do Rio de Janeiro. A escala de análise nesse artigo é o da região metropolitana do Rio de Janeiro, o que motivou a destacar somente as comunidades pesqueiras que se situam nos municípios que compõem essa região. Os polígonos nas cores azul, laranja, verde, amarelo e roxo servem como delimitação de partes do litoral dessa região, circunscrevendo processos de metropolização com a atividade pesqueira artesanal.

Mapa 1 – Comunidades Pesqueiras no Litoral da Metrópole Fluminense



O polígono azul – Baía de Guanabara – inclui o núcleo da região metropolitana do Rio de Janeiro, no qual até a década de 1990 funcionou mercado de peixe da Praça XV, importante centralidade para o circuito da atividade pesqueira na metrópole (SOUZA JR et. al. 2022). Atualmente o Mercado São Pedro, no município de Niterói cumpre o papel de centralidade da atividade pesqueira, não só pela comercialização do pescado produzido na metrópole e em outras regiões, como também para a comercialização dos insumos (redes, linhas, anzóis, dentre outros petrechos) utilizados pelos pescadores artesanais. Além disso, abrange as comunidades pesqueiras situadas no entorno da Baía de Guanabara: Comunidade do Jequiá, na Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro; Comunidade da praia de Mauá, no município de Magé; Favela do Gato (bairro Gradim), no município de São Gonçalo; e, Ilha da Conceição, no município de Niterói.

As territorialidades dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara se dão em disputa com as sucessivas modernizações implantadas junto com o processo de expansão da metrópole a partir da capital para os municípios localizados no entorno da baía. Alguns marcos históricos

são importantes nesse processo: a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (antigo Distrito Federal) em 1975; construção da Ponte Rio-Niterói (em 1974) e a expansão da rodovia BR-101, ligando a capital com os municípios situados no Leste Metropolitano; implantação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) da Petrobrás, em 1961, tornando a Baía de Guanabara um espaço estratégico para o circuito da petroquímica, engendrando diversos outros projetos nessa localidade, com as implantações de oleodutos, terminais de petróleo e gás e áreas de fundeio para navios e plataformas dentro da baía. Em 2000 houve um vazamento de óleo em um dos oleodutos da REDUC dentro da Baía de Guanabara, gerando um grande passivo ambiental e inviabilizando a atividade pesqueira nessas águas por meses. Em 2006, entrou em ação um novo projeto de ampliação da atividade petroquímica na região com diversas obras foram realizadas no entorno da Baía de Guanabara para a implantação do Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ) no município de Itaboraí, no entanto a crise política e econômica que levou ao impeachment da presidente Dilma Rouseff paralisou o projeto em 2015.

O polígono amarelo – Baixada de Jacarepaguá – abrange bairros de alta especulação imobiliária no município do Rio de Janeiro, como a Barra da Tijuca e o Recreio. Esse processo tem como marco histórico a elaboração do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá do urbanista Lúcio Costa em 1969. Esse projeto urbanístico fazia parte do processo de expansão a metrópole fluminense em direção a zona oeste da cidade entre as décadas de 1960 e 1970, prevendo a construção de condomínios de luxo na Barra da Tijuca. Nas décadas seguintes, a Barra da Tijuca e os bairros adjacentes se consolidaram num espaço de expansão do mercado imobiliário, com os lançamentos de empreendimentos com casas e apartamentos de alto padrão construtivo.

Em paralelo a expansão do capital imobiliário para a Baixada de Jacarepaguá, houve um intenso crescimento da periferia no entorno desses “bairros de luxo”. A alta demanda por mão de obra nos setores de serviço e comércio nesses bairros atraiu um grande contingente de trabalhadores, que passaram a habitar nas moradias precárias das comunidades dessa região: Cidade de Deus, Rio das Pedras, Gardênia Azul, Anil, dentre outras. Essas comunidades existem anteriormente a especulação imobiliária, mas se caracterizavam pelas atividades agrícola e pesqueira antes da favelização.

O processo de modernização que acompanha a expansão da metrópole para o entorno da Lagoa de Jacarepaguá levou a um conjunto de transformações na territorialidade dos pescadores artesanais. A lagoa se tornou poluída pelo esgoto sanitário despejado pelos condomínios de luxo, pelo comércio e pelas favelas que se formaram na região, afetando os recursos naturais que os pescadores artesanais se apropriam. Também a habitabilidade dos pescadores se tornou precária, com o processo de favelização, com problemas de insegurança. Por outro lado, a modernização do espaço, como a construção de grandes vias rodoviárias ligando a outras regiões da cidade, dos shoppings centers, das casas de espetáculos, dos espaços culturais etc. não incluem os moradores mais pobres, pois são negócios lucrativos visando a classe média e os mais ricos.

O polígono verde – Baía de Sepetiba – também se insere no contexto de expansão da metrópole fluminense para a zona oeste, mas diferente do que ocorreu na Baixada de Jacarepaguá, o processo modernizante se deu pela implantação de um eixo portuário-industrial a partir das décadas de 1960, 70 e 80. Um processo importante nessa expansão da metrópole para a zona oeste foi a política de construção dos distritos industriais na década de 1960, atraindo para aquela região da cidade as unidades fabris até então instaladas na zona norte e centro do Rio de Janeiro. A política industrial daquele período foi acompanhada de obras públicas de aumento da infraestrutura, como construções de rodovias, implantação de redes de água potável e de energia elétrica e sistemas de telecomunicação.

Na década de 1980 é construído o Porto de Sepetiba (atualmente denominado Porto de Itaguaí), no município de Itaguaí. A construção deste porto foi importante para tornar a Baía de Sepetiba num ponto de escoamento das produções do minério de ferro extraído no estado de Minas Gerais e no aço produzido na Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Novas infraestruturas foram implantadas na região, como a malha ferroviária que conecta a borda oeste da metrópole fluminense com os estados de São Paulo e Minas Gerais.

A partir dos anos 2000, novos terminais portuários foram implantados, como os terminais da TKCSA, do Porto Sudeste e da Vale, além plantas fabris de siderúrgicas e pátios de estocagem de minério, consolidando borda oeste metropolitana como um eixo logístico-industrial do estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2018). Essas transformações no território

impactam diretamente no trabalho dos pescadores artesanais, com a poluição, a remoção de comunidades e a perda de áreas de pesca na Baía de Sepetiba (EUZEBIO, 2024).

O polígono roxo – Baixadas Litorâneas – abrange a região oceânica do município de Niterói e a Lagoa de Maricá. Verifica-se uma ampliação da borda leste metropolitana com a inclusão do município de Maricá na metrópole fluminense no contexto do projeto do COMPOERJ na primeira década dos anos 2000. No entanto, a expansão metropolitana por esse segmento do litoral tem origem já nas décadas de 1960 e 70 com o avanço da especulação imobiliária para a região oceânica de Niterói.

Nos últimos 15 anos o município de Maricá vem passando por processo de modernização realizada pelo governo municipal. As políticas públicas da cidade – com destaque para a distribuição de renda pela moeda municipal “Mumbuca” e o acesso gratuito ao ônibus “vermelhinho”, que permite a circulação gratuita por toda a cidade – vem atraindo mais moradores. Em conjunto com as transformações da cidade, o mercado imobiliário também se expande para a cidade, incorporando terrenos e construindo condomínios de médio e alto padrão, como exemplo o empreendimento Alphavile.

Um dos grandes projetos imobiliários que busca que pode ser implementado Maricá é a construção do resort de luxo denominado Maraey, que vem buscando se instalar numa área de restinga, às margens da Lagoa de Maricá. Esse é um projeto que enfrenta resistência dos pescadores artesanais da comunidade Zacarias (vou explicar melhor isso aqui), devido aos possíveis impactos do projeto na territorialidade daquela comunidade pesqueira.

### **3. INOVAÇÕES E INVENTIVIDADES NO COMÉRCIO DE PESCADO NA METRÓPOLE FLUMINENSE**

---

Os processos de difusão da inovação e criação de novas tecnologias proporciona transformações no regime de acumulação bem como redimensiona diferentes unidades produtivas. Embora as concepções da economia neoclássicas se voltem aos processos de difusão da inovação nas atividades industriais, como na teoria das aglomerações de Alfred Marshall ou no papel do empresário inovador de Joseph Schumpeter, é crescente a preocupação com o papel do meio geográfico na difusão de pesquisas. Em linhas gerais, os processos

geradores de inovação, voltam-se para articulação de agentes econômicos-sociais da esfera pública e privada com a finalidade de produzir novas maneiras de acumulação quer seja da aprendizagem a partir da proximidade, ou na construção de redes técnicas, designadas por parcerias estratégicas entre instituições de pesquisa e empresas distantes.

Nesse sentido, as elaborações teóricas e metodológicas ligadas à abordagem da inovação atualmente estão ligadas aos parâmetros globais da economia. Nesta linha, muitas vezes a modernização do território a partir da lógica dos agentes hegemônicos buscam alocar seus recursos em locais indispensáveis a reprodução ampliada do capital, desenraizando antigos laços de sociabilidade estabelecida nos lugares. Por esta via, ao pensar na maneira como a inovação se expressa no meio geográfico, é correto afirmar que, apesar do crescente interesse das empresas e instituições pelos conhecimentos tradicionais, as inovações baseadas nos sistemas técnicos-científicos-informacionais são insensíveis aos saberes herdados como a pesca artesanal na metrópole fluminense.

Uma noção mais próxima das nossas aferições está relacionada a inventividade. Tal noção nos permite pensar na apropriação dos pescadores artesanais, ainda que de maneira vacilante, dos objetos técnicos e informacionais para manutenção do quadro de vida diante da precarização material e simbólica de sua atividade. Em suma, trata-se da utilização das novas tecnologias de forma criativa que permite a elaboração de táticas comerciais desviantes de reinvenção das tradições no contexto urbano-metropolitano fluminense. Assim, as inovações tecnológicas são decodificadas a partir do interesse dos pescadores na metrópole.

No decorrer da história a cidade do Rio de Janeiro a pescapassou por inúmeras inovações na organização produtiva, como a introdução de novas embarcações e técnicas de captura de sardinha e camarão na baía de Guanabara estudadas por BERNARDES (1958), ou na inovação da gestão a partir do controle do Estado, armazenamento e comercialização do pescado a partir da construção do Entrepasto Federal de Pesca em 1941 na área Central do Rio de Janeiro ( SOUZA JUNIOR, 2023). A presença da atividade pesqueira na metrópole fluminense é atestada pelas inúmeras embarcações de diferentes tamanhos, tanto nas águas continentais quanto no mar aberto. Apesar da disputa com diferentes projetos modernizantes, a metrópole do Rio de Janeiro continua sendo um grande centro distribuidor de pescado, dada a psicossidade das suas baías, a presença de um grande mercado consumidor, mas também da

possibilidade que o comércio de pescado oferta para manutenção do quadro de vida dos mais pobres nos grandes centros e centralidades.

A comercialização do pescado depende de uma rede complexa de agentes que se estabelece entre a produção, armazenamento, transporte, comercialização e consumo final. Em virtude dos diferentes níveis de organização, tecnologia dos agentes que atuam na captura, armazenamento e comercialização, o pescado depende de ajustes ágeis entre a produção cíclica e concentrada e a demanda diária e exigente a preços acessíveis, volume e qualidade segundo critérios alimentares.

Dada a aleatoriedade da produção e de um produto extremamente perecível, historicamente a distribuição do pescado em grande parte das localidades de pesca era realizado por intermediários denominados de atravessadores. As relações entre pescadores e atravessadores quase sempre eram desfavoráveis aos últimos que, em um primeiro momento, vendiam o pescado a preços módicos e, no segundo, os comerciantes o socorriam em eventuais dívidas, chegando a patrocinar as pescarias.

Em linhas gerais, as etapas da comercialização do pescado são marcadas pela articulação de vários lugares e unidades produtivas que atingem diferentes frações do espaço urbano-metropolitano. Neste sentido, o comércio deriva das diferentes solidariedades hierárquicas e complementares estabelecidas nos lugares. Tais relações começam na laboriosa arte da captura, das relações de trabalho próprias da organização do trabalho entre pescadores e o mar, marcado por profundas incertezas; das contradições inerentes a exploração da força de trabalho nas campanhas de pesca (PESSANHA, 2003); no precário trabalho nas traineiras (DUARTE, 1999) e nos impactos da modernização nos territórios pesqueiros tendo como consequência, a restrição de suas atividades (EUZEBIO, 2018; MORAES, 1999; DIEGUES, 1983).

Para além das dificuldades inerentes à captura do pescado, comercialização do pescado pode produzir uma geografia desigual do valor, uma vez que a relação entre pescadores e atravessadores se estabelece de diferentes maneiras, inscrevendo-se de distintas formas na metrópole. As formas de comercialização do pescado evidenciam a imbricação entre elementos que são atualizados pelas formas e frequência do consumo do período técnico-científico-

informacional e também por permanências e rituais de negociação herdados, mas que permanecem vivas nas centralidades pesqueiras na metrópole fluminense.

Em alguns locais de pesca o comércio é realizado através dos leilões. Nessa organização de comércio, as relações são marcadas pela instabilidade, pois a previsão dos preços do pescado escapa dos cálculos dos pescadores. Dessa forma, para chegar ao equilíbrio dos preços de pescado é alcançado mediante à negociação, onde os pregoeiros lançam um conjunto de preços iniciais e os consumidores contrabalanceiam a oferta na tentativa de maximizar seus interesses, ou mitigar seus prejuízos. Os leilões são formas de comércio atacadistas, normalmente são realizados ainda de madrugada no mercado de São Pedro (estacionamento da colônia Z8) e na praia de Itaipu, ambos no município de Niterói e no mercado do Gradim, no município de São Gonçalo entre outras importantes centralidades pesqueiras da metrópole.

Para além da subordinação com os atravessadores, no comércio varejista do pescado, cada vez mais os pescadores de forma inventiva utilizam as redes sociais para comercialização do pescado. É crescente a utilização do serviço via aplicativo a partir do delivery ou no contato vis-à-vis com os fregueses a partir da utilização do aplicativo WhatsApp ou Facebook. Apesar do serviço por encomenda não ser novo na comercialização da pesca, os objetos técnicos do atual período auxiliam os pescadores a estabelecer um maior poder de barganha no cálculo dos preços e comercialização sem a presença do atravessador. Nos nossos estudos, percebemos de forma sensível a utilização do comércio via aplicativo no bairro da Pedra de Guaratiba no município do Rio de Janeiro e na praia de Itaipu ( PRADO, 2023)

#### **4. INOVAÇÕES E INVENTIVIDADES NA EXTRAÇÃO ARTESANAL DO PESCADO NA METRÓPOLE FLUMINENSE**

---

Assim como na comercialização, também nas atividades de extração artesanal do pescado – preparação dos equipamentos de pesca (barcos, motores, redes, linhas, etc.), navegação no mar e a pesca propriamente dita – verificam-se apropriações das inovações tecnológicas pelos pescadores. Com os lugares cada vez mais inseridos nos circuitos globais da produção de mercadorias, os pescadores consomem cada vez mais objetos técnicos vindos de

outros mercados e constituídos de lógicas que lhes são muito distantes. A assimilação dessas tecnologias não escapa das contradições próprias do capitalismo, mas o foco aqui está centrado nas apropriações pelos pescadores artesanais, ou em outras palavras, nas táticas para jogar num campo hostil (CERTEAU, 2012).

Primeiro, é importante refletir sobre os objetos técnicos presentes na pesca artesanal. Serão destacados aqui dois objetos técnicos – que são na verdade famílias de técnicas: as embarcações de pesca artesanal e as redes de pesca.

As características dos barcos de pesca são dados que expressam as diferenças quantitativas no que se refere a força de pesca, ou seja, a quantidade pescado que uma embarcação pode extrair, cuja a capacidade produtiva é medida em função da estrutura e dos equipamentos instalados. Mas também são dados que expressam características qualitativas, já que diferenciam a pesca industrial (barcos com arqueação bruta acima de 20 metros) da pesca artesanal, mas, sobretudo, o nível de emprego técnico que cada pescador dispõe.

Dentre as embarcações de pesca artesanal (embarcações de até 20AB) observadas nas comunidades de pesca da região metropolitana do Rio de Janeiro há um enorme conjunto de nomes, com diferentes estruturas e tecnologias. Dentre os barcos utilizados exclusivamente em pescarias nas águas interiores – baías, canais, rios e lagoas – destacam-se as canoas, *caicos* e os *small botes*, que são barcos que medem no máximo até 10 metros de extensão e não possuem compartimentos fechados. Para as pescarias realizadas no mar aberto ou para jornadas com duração de mais de um dia no mar, são utilizados os botes equipados de compartimentos fechados, como cabine de piloto, podendo ter ainda porão para a carga, casa de máquina e dormitório, dependendo do nível técnico do barco.

O material usado para a construção desses barcos é cada vez mais alheio à relação dos pescadores com os recursos naturais nos seus territórios. A pesca artesanal no litoral fluminense tem como uma de suas principais matrizes de saberes tradicionais a cultura dos povos caiçaras (DIEGUES, 2019). Dessa cultura pesqueira, as canoas caiçaras são artefatos bastante representativos do manejo das florestas pelos pescadores artesanais, de modo que as embarcações eram produzidas com os troncos das árvores extraídas da Mata Atlântica a partir do saber desses povos. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, essa herança caiçara perde espaço para o avanço da urbanização, seja pela escassez de florestas para extrair a matéria-

prima, seja pela facilidade em adquirir os materiais vendidos no comércio varejista e seja ainda pelas mudanças ambientais em muitas praias da Baía de Guanabara e da Baía de Sepetiba, cujo assoreamento das águas dificultam a navegação daquelas antigas canoas.

Os principais materiais usados na construção das embarcações artesanais passaram a ser o compensado naval e o alumínio. O uso do compensado naval na pesca artesanal fez surgir as embarcações denominadas de caicos, que representam uma mudança técnica na atividade pesqueira do Rio de Janeiro, substituindo as canoas caiçaras. O compensado naval e os diversos produtos necessários para a sua utilização (rezinas, colas, óleos, parafusos, etc.) são facilmente encontrados no comércio varejistas dos centros urbanos.

Os barcos de alumínio representam uma nova mudança técnica na pesca artesanal, de modo que a alienação do pescador em relação ao objeto vai além da matéria-prima e alcança o próprio processo construtivo. No entanto, ainda se verifica uma permanência da tradição de construção das embarcações nas comunidades pesqueiras, fazendo com que os caicos e os botes de compensado naval ainda sejam muito mais predominantes nesses territórios. Portanto, observa-se que essas mudanças técnicas nas embarcações pesqueiras representam níveis cada vez maior de alienação desses pescadores em relação aos seus instrumentos de trabalho.

O mesmo acontece com as redes de pesca, que na cultura caiçara tem como matéria-prima as fibras vegetais extraídas de árvores da Mata Atlântica e as resinas de tratamento dos seus fios eram extraídas das sementes e dos caules. Na comunidade de Zacarias, no município de Maricá, é possível encontrar na associação dos pescadores as antigas redes caiçaras, produzidas e tratadas com os recursos naturais extraídos da restinga que cobre o entorno da lagoa. São redes de mais de cem anos de confecção e que os pescadores herdavam de seus pais e avôs, mantendo esses objetos utilizáveis por várias gerações. Atualmente, por não poderem extrair os recursos vegetais da restinga, essas redes são preservadas como patrimônio material da comunidade em memória de uma prática alterada pela mudança técnica.

As redes utilizadas pelos pescadores artesanais na região metropolitana passaram a ser confeccionadas com panos de nylon, um produto da indústria de polímeros, sendo importado da China. Nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Magé e São Gonçalo é possível encontrar esses panos de nylon em lojas especializadas na comercialização de equipamentos de pesca. Sendo que a loja situada ao lado do Mercado São Pedro em Niterói ( MATEPESCA) tem uma

centralidade devido ao serviço de entrega nas comunidades de toda a região metropolitana e pelos preços mais baixos em relação as demais lojas que tem como principal público a pesca esportiva e amadora. O aumento do hábito em fazer compras pela internet em muitas comunidades pesqueiras, tem aumentado a concorrência com lojas de São Paulo, já sendo comum relatos de pescadores de que adquirem os panos de rede dessa forma.

Assim, os objetos técnicos chegam no cotidiano dos pescadores artesanais como verdadeiras “técnicas invasoras”, dotados de materiais e de informações que tensionam as práticas e os saberes tradicionais. No entanto, a ideia defendida aqui é que essa não é uma relação de passividade desse grupo social aos impulsos da modernização. Os pescadores artesanais se inserem nesse fenômeno técnico lançando mão de algumas táticas que organizaremos a seguir.

A apropriação das tecnologias é realizada a partir de uma solidariedade de saberes, que misturam a cultura da pesca artesanal com a diversidade de conhecimentos dos trabalhadores de diversos serviços existentes no espaço urbano: carpinteiros, eletricitas, mecânicos, serralheiros, dentre outros. A urbanização dos territórios pesqueiros na metrópole tem como um de seus resultados a aglomeração de oficinas e de técnicos especializados que se juntam com os pescadores artesanais formando um tecido social complexo. De modo que a cultura da pesca artesanal passa a incorporar novos saberes e práticas, que se vinculam às mudanças técnicas.

Desse modo, os pescadores aprendem a trabalhar com os novos objetos técnicos e a encontrar assimilar as modernizações pelas “frestas”. Os barcos de compensado naval são construídos e apropriados por uma cultura de pesca que passa a incorporar os saberes das oficinas de carpintaria e marcenaria das cidades. Algumas dessas oficinas prestam serviços especializados para a população urbana como um todo, outras são especificamente voltados para a atividade pesqueira, de modo que podem ser pescadores com conhecimento de carpintaria ou carpinteiros com conhecimentos de pesca.

O mesmo acontece com as embarcações de alumínio que, graças às oficinas com serviços especializados em esquadrias, boxes, etc. localizadas nos territórios pesqueiros, são apropriadas pela pesca artesanal. Apesar das embarcações de alumínio serem ainda raras na metrópole e inseridas num processo de fabricação industrial, os reparos e as adaptações desses

barcos já são possíveis entre os pescadores que as utilizam e se tornam objetos cada vez menos estranhos para o cotidiano.

A motorização dos barcos, substituindo a propulsão por remos ou velas, é apropriada por esse tecido cultural que abrange os saberes de mecânica de trabalhadores que prestam serviços nas oficinas de automóveis. Muitas comunidades pesqueiras se situam às margens de importantes vias da metrópole, com intensa circulação de automóveis, gerando oportunidade de trabalho na prestação de serviços mecânicos para essas populações. A mistura com a pesca artesanal em alguns casos se dá pelas relações de vizinhança comunitária ou por familiares de pescadores que vão trabalhar nessas oficinas.

Nesse tecido social urbano que constitui os territórios pesqueiros surge uma segunda tática dos pescadores artesanais para jogar no campo da modernização: os mestres construtores de barcos. Mesmo com a “invasão” do compensado naval e do alumínio e a restrição do manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica, a produção dos caicos e dos botes de pesca permanecem sob a autoridade intelectual dos pescadores que dominam a arte da construção de barcos. A “revanche da cultura popular” frente ao sistema técnico global é a apropriação das inovações tecnológicas pelos saberes dos lugares.

Na indústria naval, onde se constroem as embarcações da “grande pesca capitalista” (DIEGUES, 2019), o processo construtivo é precedido pelas atividades de pesquisa e dos projetos das engenharias. O “trabalho intelectual” é separado do “trabalho braçal” realizado nos estaleiros e a embarcação produzida é resultado de um projeto, que é também objeto das normatizações da navegação e do ordenamento dos espaços costeiros. Na pesca artesanal acontece o contrário: o esforço intelectual se dá junto ao laboral das oficinas; e, a embarcação que resulta do processo construtivo está subordinado à demanda do lugar, muitas vezes contrária ao ordenamento. Os mestres construtores de barco o fazem a partir dos conhecimentos aprendidos na pesca artesanal e junto com as necessidades que surgem no cotidiano desses territórios, adaptando materiais e inventando novos desenhos para ajustar o objeto técnico ao uso do território dos seus camaradas.

A terceira tática é o trabalho dos mestres de rede – pescadores que dominam a arte de confecção das mais variadas redes de pesca, aprendendo a se apropriar e adaptar os panos de rede de nylon. As redes de nylon servem a uma lógica industrial de exploração dos recursos

naturais que orienta as grandes embarcações de pesca industrial. Seus materiais são descartáveis, o que gera lixos no ambiente marinho com as chamadas “redes fantasmas” que assombram os territórios dos pescadores artesanais. São panos de redes elaborados para serem somados uns aos outros e formarem grandes redes de arrasto que matam peixes grandes ou pequenos sem distinção de espécie ou fase da vida dos animais.

A tática dos mestres é primeiro descosturar esses panos de rede que fenômeno técnico global impõe ao cotidiano desses territórios. Ao desamarrar os nós da indústria se ganha fios para tecer os nós do lugar, deixando de ser uma soma de panos que formam a grande rede para ser um tecido de linhas milimetricamente pensadas e elaboradas para se ajustar ao saber do pescador que a utilizará. Contra a monocultura racional da indústria pesqueira, a pesca artesanal dispõe assim de uma multiplicidade de redes que servem, cada qual a um tipo de pescado, respeitando o jogo entre o pescador e os peixes. Daí, as redes de pesca artesanal terem diferentes nomes, de acordo com as espécies: corvineiras, pescadeiras, sardinheiras, linguadeiras, rede de camarão, dentre outras e de acordo com o método de pesca: rede de cerco, rede de caceia, rede de espera, rede de arrasto, etc.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho buscou evidenciar as diferentes formas dos pescadores artesanais em resolver a vida diante do quadro de modernização do território no contexto urbano-metropolitano fluminense. Por essa via, a partir da noção de inovação, encontramos um importante aporte metodológico que possibilitou a compreensão dos processos que modificam as condições técnicas e sociais nas comunidades pesqueiras, acarretando em diferentes formas de desigualdade, cujas formas mais evidentes se encontram na

dependência dos pescadores às cadeias globais de suprimentos. As densidades normativas, aliado às transformações do espaço costeiro metropolitano, provocam a restrição dos espaços anteriormente ligados à vida de relações pesqueira, ao passo que condicionam o labor dos pescadores aos parâmetros distantes da economia.

Não obstante, as desigualdades nos níveis de organização, de tecnologia e trabalho entre os diferentes sujeitos que participam do processo produtivo provocam uma geografia desigual do valor do pescado. Uma vez que grande parte dos pescadores não dispõem de automóveis e estruturas de armazenamento, para o transporte e comercialização do pescado, dependem do comércio com os atravessadores a preços módicos ainda nos cais e nas praias. As inovações incorporadas no processo produtivo modificaram de forma significativa a cadeia produtiva da pesca. A título de exemplo, a utilização de caixas plásticas e o incremento dos caminhões frigoríficos padronizou e agilizou a ligação entre a produção e o consumo final, mas também aumentou a dependência dos pescadores aos atravessadores.

Contudo, apesar do esgarçamento das práticas herdadas provocadas pelas inovações disruptivas, os pescadores artesanais não possuem uma postura conformista diante do quadro de escassez. Ao incorporar novas tecnologias, aos pescadores artesanais lutam pela permanência do seu modo de vida na metrópole a partir da inventividade, modificando suas táticas de extração e comercialização do pescado. Tais fatores indicam que, ao contrário das leituras do senso comum, os saberes tradicionais não se encontram cristalizados se transformando de acordo com as dificuldades.

## 6. REFERÊNCIAS

---

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 19. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Paraná, Vol. 50, p.116-126, abril de 2019.

DUARTE, L. F. Redes de Suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EDuff, 1999.

EUZEBIO, R. C. Impactos socioambientais na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: desenvolvimento e restrição do território dos pescadores artesanais. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 4, n. 38, p. 167–183, 2024. DOI: 10.47456/geo.v4i38.44815. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/44815>. Acesso em: 4 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. Artes de pesca artesanal e o fenômeno técnico na Baía de Sepetiba (RJ): o lugar do saber-fazer dos pescadores e a modernização do lugar. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ.

PESSANHA, E. G.. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu. Niterói: 2003

OLIVEIRA, L. D. de. As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito econômico-produtivo. The overarching issues of the european space: a strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?. *Grandes problemáticas do espaço europeu: um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?*, Porto, p. 344-354, jan. 2019. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://dx.doi.org/10.21747/9789898969149/fron>.

\_\_\_\_\_. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da região metropolitana do rio de janeiro. *Espaço e Economia*, São Gonçalo, n. 19, p. 1-26, 27 jul. 2020. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/espacoeconomia.16203>.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174 p.

SOUZA JÚNIOR, L. Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescados no município de Niterói (RJ). Dissertação p. 1-127. São Gonçalo, UERJ: 2015.

SOUZA JUNIOR, L. RIBEIRO, L. H. L. e SILVA, C. A. Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV -Rio de Janeiro (1980-1991), Espaço e Economia [Online], 22 | 2021, posto online no dia 15 janeiro 2022, consultado o 05 agosto 2024. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/21377>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21377>